EXTRATO

1º ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 5/2025
CIA 0017679-59.2025.8.11.0000
COOPERANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 03.535.606/0001-10
COOPERADO: ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 03.507.415/0001-44
OBJETO: alterar, em parte, a Cláusula Segunda (Do Procedimento para Pagamento Simplificado) do Termo originalmente firmado entre as partes.
DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO SIMPLIFICADO: Alterar, em parte, a Cláusula Segunda, alínea b, para a seguinte redação: b) A expedição do RPV seja realizada após a preclusão da decisão do juiz que fixou os honorários periciais e atribuiu tal ônus ao beneficiário da justiça gratuita ou do dispensado legal de pagamento dos honorários periciais.
Cuiabá-MT, 18 de julho de 2025.

-assinado digitalmente-
Ivone Regina Marca
Diretora do Departamento Administrativo

Departamento de Material e Patrimônio

Extrato

TERMO DE DOAÇÃO N.10/2025
DOAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS 31/2022 - CIA 0054745-78.2022.8.11.0000
DOADOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 03.535.606/0001-10.
DONATÁRIO: CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ: 03.507.415/0008-10
OBJETO: O DOADOR possuindo, livre e desembaraçadamente qualquer ônus, os bens inservíveis classificados com ANTIECONÔMICOS, constantes no Termo de Entrega acostado no CIA - andamento n. 190 - resolve doá-los a título gratuito ao Donatário.
INTERESSE PÚBLICO: O presente termo tem por objetivo a doação de bens móveis como sendo: 4 (quatro) switch, fim de melhorar a estrutura do ambiente onde são realizadas as atividades de atendimento da população.
Cuiabá-MT, 17 de julho de 2025
(Documento assinado digitalmente)
WERMISON FERREIRA CESAR
Diretor do Departamento de Material e Patrimônio

TERMO DE DOAÇÃO N.7/2025
Doação de Bens Inservíveis - 96/2024 CIA n. 0055279-51.2024.8.11.0000
DOADOR - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 03.535.606/0001-10.
DONATÁRIO- MITRA ARQUIDIOCESANA DE CUIABÁ
CNPJ: 03.005.139/0001-16
OBJETO: O DOADOR possuindo, livre e desembaraçadamente qualquer ônus, os bens inservíveis classificados com ANTIECONÔMICOS, constantes no Termo de Entrega acostado no CIA - andamento n. 108 - resolve doá-los a título gratuito ao Donatário.
INTERESSE PÚBLICO: - O presente termo tem por objetivo a doação de bens móveis como sendo: armários, mesas, cadeiras, mesas, poltronas, dentre outros, a fim de melhorar a estrutura do ambiente onde são realizadas as atividades de atendimento a população.
Cuiabá-MT, 17 de julho de 2025
(Documento assinado digitalmente)
WERMISON FERREIRA CESAR
Diretor do Departamento de Material e Patrimônio

Supervisão dos Juizados Especiais

Turma Recursal Única

Súmula

COMUNICADO

Comunicamos para fins de publicidade que as súmulas abaixo relacionadas foram aprovadas na reunião deliberativa realizada em **16 de julho de 2025**, às **14h00**, por meio do **Plenário Virtual das Turmas Recursais Reunidas**.

Informamos, ainda, que as referidas súmulas entrarão em vigor a partir da **primeira publicação no Diário da Justiça Eletrônico**. Para garantir ampla divulgação e conhecimento público, o texto integral será publicado **três vezes consecutivas** no referido diário e permanecerá disponível para consulta no **site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso**, na página do **Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais**.

SÚMULAS – MATÉRIA CÍVEL

Sequência numérica a partir das súmulas anteriormente aprovadas.

Súmula 47 – A permanência do nome do consumidor no histórico do Sistema SCR do BACEN, durante o período de inadimplência, não configura dano moral.

Súmula 48 – A concessionária de rodovias responde objetivamente pelos danos materiais decorrentes de má conservação e/ou manutenção da pista, sendo necessária, para a fixação de indenização por dano moral, a comprovação de lesão ao direito de personalidade.

Súmula 49 – A interrupção indevida do fornecimento de serviços essenciais (água, energia elétrica, telefone e internet) configura ato ilícito e enseja dano moral in re ipsa.

Súmula 50 – A demonstração da legitimidade do débito inscrito em órgãos de proteção ao crédito, com descontos em conta corrente ou folha de pagamento, constitui ônus do credor.

Súmula 51 – O contrato assinado, física ou digitalmente, e não impugnado especificamente pelo devedor, presume-se autêntico e válido, dispensando prova pericial. Havendo impugnação específica, a prova pericial torna-se indispensável, salvo se houver outros elementos probatórios suficientes.

Súmula 52 – A ausência de apresentação, pelo reclamante, dos extratos do SPC/SERASA e SCPC/BOA VISTA dos últimos cinco (5) anos impede a verificação da existência de negativações anteriores, inviabilizando o deferimento de indenização por dano moral.

SÚMULAS – MATÉRIA DE FAZENDA PÚBLICA

Sequência numérica a partir das súmulas anteriormente aprovadas.

Súmula 24 – O direito ao adicional de insalubridade do servidor público depende de previsão em lei específica da categoria, nas esferas municipal ou estadual, e deve estar respaldado por laudo pericial.

Súmula 25 – O abono de permanência é devido ao servidor público a partir do cumprimento de todos os requisitos para aposentadoria voluntária, devidamente comprovados por documento do órgão competente, sendo irrelevante, para fixação do termo inicial, a data do requerimento administrativo.

Súmula 26 – O servidor público contratado temporariamente, cuja contratação tenha sido reconhecida como irregular quanto à temporariedade, faz jus, preenchidos os requisitos legais, aos direitos sociais decorrentes da relação de trabalho.

SÚMULAS REVOGADAS

Súmula 21/TR-TJMT – “A taxa de juros moratórios a que se refere o artigo 406 do Código Civil é a do art. 161 do Código Tributário Nacional, ou seja, 1% (um por cento) ao mês.” REVOGADA

Súmula 32/TR-TJMT – “É dispensável a realização da prova pericial, o que afasta a preliminar de incompetência, ante a identidade entre a assinatura do reclamante e a aposta no contrato.” REVOGADA

Jéssica Oliveira de Sena Ferreira

Gestora Judiciária
turmarecursal.unica@tjmt.jus.br

COMARCAS

Entrância Final

Comarca de Cuiabá

Diretoria do Fórum

Portaria

A Portaria n. 454/2025-GRHFC de 18 de julho de 2025 que estabelece a ESCALA de Plantão Judiciário de Oficial de Justiça dos finais de semana e feriados do Polo Cuiabá, bem como do Plantão Semanal da Comarca de Cuiabá, no mês de SETEMBRO a DEZEMBRO/2025, da área CÍVEL.

Encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.

Clique aqui
Caderno de Anexo

Decisão

Processo CIA n.: